



Setor de Segurança e Saúde do Trabalhador - SEGUR
Coordenação Regional de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário -
CORITPA-CE

LAUDO PERICIAL DO PORTO PECEMI / MUCURIPÉ

Franklim Rabelo de Araújo
AUDITOR FISCAL DO TRABALHO
Engº de Segurança do Trabalho

FORTALEZA
Agosto/2016



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

LAUDO PERICIAL DE ☐ Insalubridade
Nº 02/2016 ☒ Periculosidade

DATA DA PERÍCIA: Realizada nos dias 01,02 e 03 de ABRIL de 2010, no Porto do Pecem e Mucuripe e novado em 24 de agosto de 2016, mantendo as mesmas condições anteriores. Após realização de inspeção no Porto do Mucuripe e Pecem.

1- IDENTIFICAÇÃO

Esta perícia foi realizada durante fiscalização na empresa Companhia de Integração Portuária do Ceará - Cearáportos, CNPJ: 01.256.678/0001-00, localizada na Esplanada do Pecém, no município de São Gonçalo do Amarante, Cep: 62.670-000 e no Porto do Mucuripe, administrado pela Companhia Docas do Ceará em Fortaleza. Este Laudo tem como objetivo a verificação de situação laboral que enseja o pagamento do adicional de periculosidade ou insalubridade dos empregados da **JPA SERVIÇOS COMBINADOS LTDA-ME**, cujos trabalhadores laboram em área de risco.

2- IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL PERICIADO

Periciado área do pátio de armazenamento de contêineres e a área dos PIER nº 01 e nº 02, Portão (GATE) do Porto do Pecém, prédio da administração, local onde os trabalhadores da empresa citada prestam serviço(vide fig. 2.1 do Estudo de Análise de Risco da **ABS CONSULTING**, estudo contratado pela PETROBRÁS),



**MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO**

bem como a área do Porto do Mucuripe, onde laboram os trabalhadores, ou seja, no Nepon / GPMAR e GFTI), áreas de serviço da Polícia Federal no Porto do Mucuripe.

DESCRIÇÃO DO AMBIENTE DE TRABALHO

Esta perícia constatou a existência de condições higiênicas no local do trabalho, banheiro adequado, água potável e a existência de elementos perigosos nas atividades dos trabalhadores que prestam serviço na área primária do Porto do PECCEM, incluindo-se "gate" e prédio da administração, que se encontra em área contígua a área primária. No anexo, podemos constatar que o produto Aguardante, Hexano, óleo Diesel Marítimo, bem como outros produtos inflamáveis, de acordo com as Fichas de Informação de Segurança de Produto Químico – FISPQ, bem como a Norma Regulamentadora Nº 20 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como os produtos relacionados na Tabela nº 01, em anexo, que são habitualmente movimentados no Porto do Pecem e Mucuripe.

De acordo com relatório de movimentação de mercadorias do Porto do Pecem de 2007, em anexo, verificamos que no Porto foi movimentado 864.568 toneladas de **"COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS MINERAIS; MATÉRIAS BETUMINOSAS"** e 24.541 toneladas de **"PRODUTOS DIVERSOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS"**.

Com frequência os servidores da Receita **REALIZAM VERIFICAÇÃO FÍSICA¹ NO CAIS DO PORTO "DE PRODUTOS INFLAMÁVEIS, RADIOATIVOS, EXPLOSIVOS, ARMAS, MUNIÇÕES, SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES, AGENTES QUÍMICOS OU BIOLÓGICOS, OU QUAISQUER OUTROS NOCIVOS À SAÚDE PÚBLICA..." (ART. 33, INCISO II, ALÍNEA "C" DA IN SRF NO. 206/2002), RISCO ESTE RECONHECIDO PELA INSTRUÇÃO NORMATIVA REFERENDADA DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.**

¹ É o procedimento fiscal destinado a identificar e quantificar a mercadoria submetida a despacho aduaneiro, bem assim a obter elementos para confirmar sua origem e classificação fiscal (Art. 30 IN SRF no. 206, de 25/09/02).



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

A Norma Regulamentadora Nº 29 do Ministério do Trabalho e Emprego considera área primária a área Alfandegada para a movimentação ou armazenagem de cargas destinadas ou provenientes do transporte aquaviário. No item 29.6, da Norma Regulamentadora Nº 29 do Ministério do Trabalho e Emprego, especifica as operações com cargas perigosas que são realizadas nesta área primária. A movimentação de cargas na área primária ocorre de forma constante, para atender a demanda desses produtos no comércio e na indústria no Estado do Ceará, tanto no Porto do Mucuripe, como no Porto do Pecem.

3.1 POTENCIAIS PERIGOS DO GNL (GÁS NATURAL LIQUEFEITO) – Caso do Porto do Pecem.

De acordo com “Estudo de Análise Risco do Terminal Flexível de GNL do Porto do Pecem” elaborado para a PETROBRÁS pela ABS CONSULTING (junho/2008), item 4.3, determina que há perigos potencialmente associados a liberações de GNL que podem resultar em efeitos sobre grandes áreas e afetar a população em geral. Dentre esses perigos, estão:

- Nuvens de vapor inflamáveis podem se formar caso a liberação não encontre uma fonte de ignição imediata, resultando em: 1- Incêndio em nuvem que possa ferir pessoas ou danificar estruturas ignitáveis se estiverem dentro da extensão da nuvem quando esta atingir uma fonte de ignição; 2 – uma explosão com sobrepressão **potencialmente danosa** (grifo nosso) caso se forme uma grande superfície de vapor inflamável e se ignite em uma área confinada ou muito congestionada.
- Incêndios em poça de GNL podem se formar na superfície de água ou superfícies impermeáveis, como concreto, aço, solo, etc.

Ainda de acordo com a mesma análise, há alguns perigos potenciais que podem ocorrer, porém eles não são considerados pertinentes como ameaça ao público, pois podem ocorrer apenas em região próximo da fonte de liberação de GNL. Dentre estes perigos cita o estudo:



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

- Uma transição rápida de fase (RPTs) que pode ocorrer a partir de uma rápida expansão de GNL em contato com água ou outra superfície mais quente que o GNL. Essa transição de fase possui potencial de danificar estruturas leves ou equipamentos muito próximos ao ponto de vazamento.
- Asfixia (perda da consciência devido à falta de oxigênio) que pode ocorrer caso uma pessoa seja exposta a concentrações muito altas de vapor de GNL, como pode ocorrer em espaços confinados.
- Queimadura por frio que pode ocorrer caso uma pessoa entre em contato diretamente com GNL devido à sua baixa temperatura.

4) Área de risco e comentários necessários

- 1) A movimentação dos produtos perigosos são realizados dentro da Zona Primária², referimos a essa área primária, pois todas as operações do Porto do Pecem são realizadas dentro desta zona e os trabalhadores da empresa laboram dentro dessa área. Para melhor esclarecimento foi anexado o lay-out (fig.2.1, em anexo do Estudo de análise de riscos da *ABS CONSULTING*). Pelo Porto circula todo tipo de mercadoria, inclusive inflamáveis, sendo o fluxo de carga e descarga uma constante no Porto, para que a demanda desses produtos pela empresas sejam atendidas. Ocorre aqui o conceito de **zona primária** (NR-29) que se confunde com **“área de risco”** (NR-16, anexo nº 02). O item 3 do anexo nº 02 da NR-16, alínea “d” define área de risco como **“toda bacia de segurança”**. A bacia de segurança compreende toda a Zona Primária (área de risco) do Porto do Pecem, local onde os empregados da Cearáportos relacionados no laudo labutam. Portanto, os trabalhadores da empresa laboram habitualmente dentro dessa área de risco e não percebem o devido adicional de periculosidade. Na tabela nº 01, em anexo, listamos algumas substâncias inflamáveis que são descarregadas ou carregadas no Porto do Pecem e Mucuripe, que circularam e

² De acordo com a alínea “b” do subitem 29.1.3 da NR-29: “Zona Primária é a área alfandegada para a movimentação ou armazenagem de cargas destinadas ou provenientes do transporte aquaviário”.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

circulam normalmente pelo Porto, tornando aquele ambiente uma na área de risco. Estabelece a Norma Regulamentadora Nº 16, item 16.6, que: "As operações de transporte de inflamáveis líquidos ou gasosos liquefeitos, em quaisquer vasilhames e a granel, são consideradas em condições de periculosidade" e dispõe ainda no item 16.8: "Todas as áreas de risco previstas nesta NR devem ser delimitadas, sob responsabilidade do empregador". Devido aos riscos existentes, nas áreas Portuárias, a NR-29 no item 29.1.6.1, obriga à administração do porto a elaboração do Plano de Controle de Emergência (PCE) e a compor com outras organizações o Plano de Ajuda Mútua (PAM), sendo objeto dos Planos as seguintes situações: a) incêndio e explosão; b) vazamento de produtos perigosos (item 29.1.6.2 da NR-29). Ademais, temos a informar que o Terminal de Re-gaseificação da PETROBRÁS realiza operações de re-gaseificação de gás natural líquido, no navio GOLAR SPIRIT "PIER 2" do Porto do Pecem. Este Terminal disponibiliza uma vazão de gás de 7 milhões de Nm³ /dia, através de duto que atravessa a zona primária do porto do Pecem, dobrando a oferta de gás da PETROBRÁS para a Região Nordeste, vide ficha de Segurança do Produto Químico do Gás Natural, em anexo.

5 - CONCLUSÃO

O anexo 2 da NR-16 – atividades e operações perigosas, item 1, letra "a", "d" e "f", combinado com as alíneas "d" e "f" do item 3, conferem o adicional de periculosidade de 30% incidente sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros ou resultados para todos os trabalhadores nessas atividades ou que operam na área de risco. Como vimos no item 3, os empregados lotados no Porto do Pecem e



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

Mucuripe laboram de forma não eventual, expostos permanentemente ou de forma intermitente. Pois são lotados no Porto do Pecern e Mucuripe realizando atividades nas áreas de risco. (áreas de operação dos Portos citados).

Sendo constatado que os trabalhadores laboram habitualmente e permanentemente em áreas de risco, definida anteriormente, concluo que há caracterização de periculosidade para os empregados terceirizados, por exemplo, o empregado Sebastião César Oliveira (Zelador), da empresa JPA Serviços Combinados Ltda-Me, que trabalha na unidade denominada Nepon / GPMAR e GFTI da Polícia Federal no Porto do Mucuripe.

JURISPRUDÊNCIA

Pelo exposto é notória a caracterização da periculosidade dos trabalhadores da autuada por realizarem seu labor em área de risco. Sendo reconhecido esse direito pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), através da Súmula nº 364, *que dispõe:* ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. EXPOSIÇÃO EVENTUAL, PERMANENTE E INTERMITENTE (conversão das Orientações Jurisprudenciais nºs 5, 258 e 280 da SBDI-1)- Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. I - Faz jus ao adicional de periculosidade o empregado exposto permanentemente ou que, de forma intermitente, sujeita-se a condições de risco... (ex-Ojs da SBDI-1 nºs 05 - inserida em 14.03.1994 - e 280 - DJ 11.08.2003).

É o relatório.

Fortaleza, 24 de agosto de 2016.

Atenciosamente,

Franklim Rabelo de Araújo
Auditor Fiscal do Trabalho
Engº de Segurança do Trabalho (Crea-Ce 8621-D)
CIF 30.472-7



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO CEARÁ
SISTEMA FEDERAL DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

6) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1) Saliba, Tuffi Messias et all. Insalubridade e periculosidade: aspectos técnicos e práticos. 4ª ed. Atual. – São Paulo: LTr, 1998.
- 2) Segurança e Medicina do Trabalho. Saraiva, 3ª Edição, 2009.
- 3) Carvalho, Sérgio Américo. Tópicos de periculosidade por inflamáveis. Universidade Federal fluminense. Curso de pós-graduação em engenharia de segurança do trabalho, 1998.
- 4) Estudo de Análise de Riscos do Terminal Flexível de GNL do Porto do Pecem. Consultoria Técnica para a PETROBRÁS. Contrato nº 0802.0029034.07.2 com a ABS CONSULTING. Junho de 2008.

Assinatura manuscrita, provavelmente de um representante legal ou técnico, feita com uma caneta escura.